

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: BARRA DE SÃO MIGUEL-PB: UMA ANÁLISE DA TAXA DE PARTO CESÁRIO E VAGINAL DE 2007 À 2017

Relatoria: ELAINE CRISTINA DE AZEVEDO CRUZ

Autores: elaine cristina de azevedo cruz

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

O Brasil tem vivido o que o Ministério da Saúde (MS) classificou como uma epidemia de cesária (BRASIL, 2017). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) uma taxa maior que 10% não está relacionada à redução da mortalidade materna e infantil e ainda pode incidir em complicações, situação que piora ainda mais em grupos populacionais que não tem acesso à atenção obstétrica de qualidade. O MS indica que a Taxa de parto cesário aceitável estaria entre 25-30% (BRASIL, 2017). Pretende-se avaliar a taxa de parto cesário e vaginal no município de Barra de São Miguel-PB e observar se há aproximação da recomendação do MS. É um estudo ecológico e quantitativo, que usa o Painel de Monitoramento de Natalidade do MS como fonte dos dados. A coleta de dados se limita ao município de Barra de São Miguel, desde 2007 à 2017. São calculadas pelo tipo de parto, dividido pelo total de partos, multiplicado por 100. Os cálculos são expressos em percentuais e dispostos no gráfico abaixo. No período analisado, o ano que mais se aproximou da taxa de parto ideal foi em 2009 com 44% partos cesários, e em 2010 foi a maior expressão desse dado com 66%. em 2018, dados preliminares mostram uma taxa de parto cesáreo de 83%. Em 2017, houve aumento de 13% em comparação ao início da análise. Em poucos anos observou taxa de parto normal predominante. há uma variação na taxa de parto cesário ao longo do período, mas sempre acima percentual ideal indica-do pelo MS. É um problema de Saúde Pública, e as políticas pensadas pra resolução dessa problemática devem pensar na sensibilização das usuárias no sentido de desmistificar o parto vaginal, fortalecer a humanização no parto e nascimento, e orientar os profissionais de saúde, dos serviços públicos e privados, acerca da utilização do Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas para Cesariana do Ministério da Saúde, que pretende reduzir a eleição da cesariana apenas para quando for necessário (BRASIL, 2017).